

## CAPÍTULO 5

### CRYING WOLF: FLERTANDO COM O DESMANCHE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO <sup>27</sup>

PLAUTO CAVALCANTE LEMOS CARDOSO <sup>28</sup>

**Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte/MG**

#### RESUMO

Este artigo tenta olhar criticamente para o violento e recorrente discurso de que houve um golpe no país. A pergunta que se tenta responder é se o histórico baixo apoio à democracia representativa como regime de governo e a descrença nos pilares do jogo democrático e da ordem constitucional estaria de alguma forma ligado a uma inclinação antidemocrática da nação. Conclui-se que há na realidade menos uma fascinação pelo autoritarismo e mais um contexto de profundo desencontro entre eleitores e seus representantes em um Estado que torna o exercício da cidadania um flagelo sob o desabrigo do medo,

---

<sup>27</sup> Capítulo de livro resultado investigação de la Faculdade Pitágoras, Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, Brasil.

<sup>28</sup> Professor de Direito Constitucional e Biodireito do Departamento de Direito Público da Faculdade Pitágoras em Belo Horizonte/MG, professor convidado de Direito Constitucional da pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas-Rio (FGV) / red conveniada nacional, professor convidado da graduação da Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires (UBA) e professor convidado da pós-graduação da Universidade de Bolonha na Argentina e da Associação Argentina de Justiça Constitucional (AAJC). Pesquisador Parlamentar do Congresso do México – REDIPAL e pesquisador do Instituto de Estudios Políticos y del Estado (AAJC) na Argentina. Aluno do Programa de Doutorado em Direito Constitucional na Universidade de Buenos Aires – UBA, Argentina. Master of Laws - LL.M em Direito: Litigation – Novos Desafios dos Contenciosos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-Rio. Mestre em Literatura Inglesa pela Universidade de Sussex, Inglaterra e Especializado em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília-UnB. Graduado em Direito pela UCAM – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, e em Letras pela UFMG – Universidade Federal de Minas. É membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Biodireito e Bioética da OAB/MG e membro do Colégio de Professores da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). É membro do Instituto de Advogados Brasileiros (IAB) e da Comissão de Direito Constitucional deste instituto.

agravado por um contexto de analfabetismo crônico que corroi qualquer tentativa de geração de uma cultura política que possa afastar de uma vez por todas a crença em salvadores individuais da pátria e caudilhos de plantão e instaurar uma sustentável crença nas instituições e nos poderes políticos do Estado almejados no preâmbulo da Constituição Federal. Afirma-se que a presente expectativa de que as soluções para tamanha crise insitucional possam vir do poder judiciário pode levar a decepções ainda maiores, promovendo um agravamento do quadro de desconexão entre a população e os poderes políticos e a falência institucional do Estado de forma geral.

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Golpe, democracia representativa, salvadores da pátria, autoritarismo, medo.

#### **RESUMEN**

Este artículo intenta tener una mirada crítica hacia el violento y recurrente discurso de que hubo un golpe en el país. La pregunta que se intenta responder es si el histórico bajo apoyo a la democracia representativa como régimen de gobierno y la incredulidad en los pilares del juego democrático y del orden constitucional estaría de alguna forma ligado a una inclinación antidemocrática de la nación. Se concluye que en realidad hay menos una fascinación por el autoritarismo y más un contexto de profundo desencuentro entre electores y sus representantes en un Estado que transforma el ejercicio de ciudadanía en un flagelo bajo el desabrigo del miedo, agravado por un contexto de analfabetismo

crónico que corroe cualquier intento de generar una cultura política que pueda alejar de una vez por todas la creencia en salvadores individuales de la patria y caudillos de turno, e instaurar una creencia sustentable en las instituciones y en los poderes políticos del Estado, como se anhela en el preámbulo de la Constitución Federal. Se afirma que la actual expectativa de que las soluciones para tamaña crisis institucional puedan venir del poder judicial puede llevar a decepciones aún mayores, promoviendo un agravamiento del cuadro de desconexión entre la población y los poderes políticos y la falencia institucional del Estado de manera general.

#### **PALABRAS CLAVE:**

Golpe, democracia representativa, salvadores de la patria, autoritarismo, miedo.

#### **ABSTRACT**

This work attempts to critically look into the violent and recurrent *Coup D'état* discourse which circulates in a trivial fashion in Brazil at present. The question addressed is whether the historically low support to representative democracy as a form of government and the lack of faith in the pillars of the democratic game and the constitutional order would somehow be connected with a nation's antidemocratic inclination. We conclude that in reality there is less a fascination with authoritarianism and more a context of profound disconnection between electors and their representatives in a State that makes the exercise of citizenship a plight under the homelessness of fear, further aggravated by a context

of chronic illiteracy which corrodes any attempt to generate a political culture which may drive out the belief in stand-by nation saviours and caudillos alike and install a sustainable faith in the institutions and in the political powers of the State as dreamt in the preamble of the Federal Constitution. We state that the current expectations that the solutions for the abysmal institutional crisis may come from the judicial power may lead to further disappointments, promoting a graver deterioration of the overall context of disconnection between the population and the political powers and finally the institutional failure of the State.

### **KEY-WORDS:**

*Coup D'etat*, representative democracy, saviours of the nation, authoritarianism, fear.

SUMARIO: 1. *Introdução*. 2. *O Apoio À Democracia No Brasil*. 3. *A Cidadania Como Flagelo*. 4. *Considerações Finais*.

## **1. INTRODUÇÃO**

Emendamos a sétima constituição de nossa história, a de 1988, a uma média de 1 emenda a cada 3 meses<sup>29</sup>. Os dois códigos civis que tivemos em nossa história republicana, o de 1916 e o de 2002, foram conjuntamente objetos de 66 intervenções legislativas. Se levamos

<sup>29</sup> Interessante notar que a primeira emenda à Constituição no longínquo março de 1992 trata do seguinte assunto de suma importância pública: “Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores”. A mais recente, em junho de 2017, trata de tentar validar os maus-tratos a animais na conhecida Vaquejada, por força de lobby e como reação a um pronunciamento da Corte Constitucional Brasileira, o STF, expressamente contrário ao assunto e pomposamente descrita da seguinte maneira: “Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica”. As prioridades continuam acentuadamente desconectadas do eleitor e do mundo em que vivemos. “Tudo muda para nada mudar”, já afirmava Giuseppe Tomasi di Lampedusa na novela *Il Gattopardo*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/quadro\\_emc.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/quadro_emc.htm). Acesso em 15/06/2017.

em consideração somente o período de 1988 até os dias atuais, os dois códigos civis juntos foram modificados 42 vezes. A Constituição foi alterada 96 vezes. Nossa legislação civil parece gozar de maior estabilidade que nosso pacto fundador (Moreira, 2017).

O que poderia provocar tal maleabilidade ao instrumento citado com frequência como símbolo de estabilidade? Como se relaciona o brasileiro com a ferramenta que lhe garante suas liberdades e direitos individuais mais fundamentais e sobre o qual foi erigido o Estado Constitucional Democrático de Direito brasileiro, fundado nos valores opostos ao do regime de exceção que vigorou entre 1964 e 1985 no país?

Este autor vivenciou recentemente uma situação espantosa e que bem ilustra a complexa relação histórica do brasileiro com o instrumento que chamamos Constituição. Estando em um tranquilo domingo em pé com amigos no centro de uma charmosa e arborizada praça afrancesada na capital mineira que se chama Liberdade e diante de um palácio de governo em um estado símbolo de lutas pela construção da nação brasileira desde os tempos em que aqui mandava a coroa portuguesa, que tem como lema central em sua bandeira a frase *Libertas Quae Sera Tamen* – liberdade ainda que tardia -, este autor acompanhou atônito, girando lentamente em seu calcanhar sob o gélido céu de brigadeiro do invernal julho mineiro, o circular ao redor da Praça da Liberdade de uma estridente carreata de reluzentes e luxuosos veículos levando o slogan *Intervenção Militar Já* afixado em todas as suas laterais, tomados por um verde e amarelo que dava tintas de um ultranacionalismo um tanto anacrônico. Sem muitas palavras, nos olhamos boquiabertos, perplexos, mas longe de surpreendidos. Todos os leitores ávidos de jornais e politicamente engajados, estávamos cientes da existência sempre ao fundo desde a redemocratização do

país dos ruídos de discursos saudosos de uma mitológica era de ordem e progresso posta em marcha pela sequencia de generais sanguinários que governaram a nação ao longo de pouco mais de 20 anos. O que nos impressionava era ver isso em carne e osso e sendo tratado com o oblvio e a casualidade de uma manifestação como outra qualquer. O que provoca essa incapacidade de formular juízos reflexivos como bem apontou Hannah Arendt sobre a também casualidade do relato de Eichmann no seu julgamento em Jerusalém? (Arendt, 2000) .

Neste artigo analisamos o recorrente discurso de que houve um golpe no país, fundado em sua origem mais recente no conturbado e questionável processo de Impedimento da ex presidente Dilma Rousseff, e cotidianamente utilizado de maneira violentamente banalizada. A simples mudança de cardápio em nosso restaurante favorito parece atualmente detonar o argumento de golpe.

A pergunta que tentamos responder é se esse aparente descaso com os pilares do jogo democrático e da ordem constitucional estaria de alguma forma ligado a uma inclinação antidemocrática da nação.

A premissa que nos guia é de que se seguirmos chamando de golpe a processos questionáveis, se chamamos de ditadura a governos autoriários, como na história do menino Pedro e o Lobo, se nos volta o animal, provavelmente não iremos reconhecê-lo<sup>30</sup>. Essas relativiações perigosas funcionam de maneira extravagante nas redes sociais nestes tempos de pós-verdade, *“la idea de que no hace falta someterse al chequeo de las informaciones y hechos que pretenden presentarse como verdaderos”* (Czerwacki, 2017) , mas mal sobrevivem ao mais básico cheque de veracidade.

---

<sup>30</sup> Afirmção feita pelo professor Ricardo Rabinovich em sua reunião de abertura dos Módulos do Programa Intensivo de Cursos para o Doutorado em 17/05/17, na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aries (UBA) e com a qual estamos de pleno acordo.

Concluimos que o historicamente observável e relativamente fraco apoio da população brasileira à democracia representativa como regime de governo é menos uma fascinação pelo autoritarismo e mais fruto de um contexto de profundo desencontro entre eleitores e seus representantes em um Estado que torna o exercício da cidadania um flagelo sob o desabrigo do medo, agravado por um contexto de analfabetismo crônico que corroi qualquer tentativa de geração de uma cultura política que possa afastar de uma vez por todas a crença em salvadores individuais da pátria e caudilhos de plantão e instaurar uma sustentável crença nas instituições e nos poderes políticos dos Estados almejados pelo preâmbulo supracitado da Constituição Federal.

Concluimos, ainda, que a presente expectativa de que a solução para tamanha crise insitucional possa vir do poder judiciário pode levar a decepções ainda maiores, promovendo um agravamento do quadro de desconexão entre a população e os poderes políticos e deteriorização da crise de legitimidade institucional do Estado de forma geral.

A metodologia utilizada tem como base pesquisa de doutrina relevante sobre o tema tanto na Argentina como no Brasil, jurisprudência, análise de entrevistas, filmes, pesquisas de opinião, além de artigos de periódicos de ambos os países.

## **2. O APOIO À DEMOCRACIA NO BRASIL**

“O Brasil começa a flertar com o desmanche do Estado democrático de Direito inaugurado pela Constituição de 1988. A afirmação é forte, mas nem por isso menos verdadeira.” Assim começam os professores Renato Sérgio de Lima e Arthur Trindade Maranhão Costa o seu artigo intitulado “Tentações Autoritárias: medo da violência revigora tendências autoritárias e beneficia Bolsonaro” publicado recentemente no jornal A Folha de São Paulo

(Lima, Medo da violência revigora tendências autoritárias e beneficia Bolsonaro, 2017).

E assiste razão aos autores. A evidência empírica individual deste autor é corroborada pelos dados apresentados pelos autores em seu artigo, bem como pelos que expomos a seguir. É nossa mais profunda crença que este não é um evento isolado na história da nação e que há razoáveis indícios históricos que sugerem que tal movimento de flerte com o autoritarismo não deva ser tratado com a vanidade como tem sido. Acreditamos que a maior ameaça à frágil democracia brasileira é o distanciamento da população brasileira do cenário político, alimentada por uma substancial ausência de uma cultura política.

De maneira distinta de outros regimes militares da América do Sul (Chile, Uruguai e Argentina), os generais brasileiros, numa clara tentativa de projetar uma imagem externa de uma “democracia relativa”, não fecharam o Congresso Nacional e mantiveram alguns partidos títeres em funcionamento. Orquestraram eleições regulares, mesmo que com as naturais restrições esperadas de uma “democracia militar”.

O resultado: uma profunda desconfiança e descrença por parte da população no regime democrático e nos poderes políticos. Senão, vejamos alguns dados que deixaria de cabelos em pé qualquer historiador ou leitor que concordasse com a linha de pensamento Arendtiana de que as bases para o totalitarismo foram deitadas pelo processo de Imperialismo e seu anterior Colonialismo europeu, que serviram de ensaio para a futura política de extermínio levada a cabo pelo regime nazista (Arendt, 2015).

Pesquisas por amostragem realizadas em 2016 em 18 países latino-americanos e Espanha pelo instituto Latinobarómetro, com sede em Santiago, Chile, apontam para o fato de que o Brasil é o país, isolado com a Guatemala, com a mais baixa taxa de resposta

de entrevistados que dizem preferir a democracia a qualquer outro tipo de regime, alcançando o apoio de apenas 32% de sua população (Latinobarómetro, 2017).

No ano de 2002, a proporção de brasileiros que declararam não saber o que significava democracia ou simplesmente não responderam a pergunta sobre o tema salta aos olhos como a mais alta de todos os países analisados, alcançando impressionantes 63% por cento. Para efeitos de comparação, o segundo lugar neste indesejável ranking é ocupado por El Salvador com 46% de entrevistados que afirmaram não ter a mais remota ideia a respeito da práxis desta palavra grega.

O recorte feito por este autor da série histórica disponibilizada pelo Latinobarómetro dos último 19 anos, comparando o país com os vizinhos Uruguai, Argentina e Chile, assusta. Enquanto o Uruguai ostenta impressionantes 77,57% de apoio à democracia como preferível a qualquer outro regime, a Argentina 68.2 %, Chile com 55,36%, no Brasil apenas 43% da população prefere tal regime na média histórica, caindo para abismais 32% em 2016. O apoio a um hipotético regime autoritário é um dos mais altos entre los 20 países analisados, abaixo apenas do apoio registrado ao autoritarismo no Paraguai e Guatemala.

Vejamos o recorte abaixo com a devida cautela (Latinobarómetro, 2017).

**Gráfico 1. Apoio à democracia de acordo com a opinião pública.**

	Brasil							
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003
Apoio a la democracia								
La democracia es preferible a cualquier otra forma de problema	41%	50%	50%	48%	38%	30%	37%	35%
En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferido	21%	24%	19%	18%	25%	18%	15%	19%
A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	23%	21%	20%	28%	28%	31%	26%	35%
No sabe	14%	4%	8%	5%	6%	16%	16%	10%
No responde	1%	1%	1%	1%	2%	3%	4%	1%
(N)	1.200	1.050	1.001	1.000	1.000	1.000	1.000	1.200
	Brasil							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Apoio a la democracia								
La democracia es preferible a cualquier otra forma de problema	41%	37%	46%	43%	47%	55%	54%	45%
En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferido	15%	15%	16%	17%	19%	16%	19%	19%
A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	26%	28%	21%	26%	22%	14%	15%	22%
No sabe	15%	19%	13%	13%	11%	10%	11%	12%
No responde	0%	1%	2%	1%	1%	0%	0%	1%
(N)	1.204	1.204	1.204	1.204	1.204	1.204	1.204	1.204
	Brasil							
	2013	2015	2016					
Apoio a la democracia								
La democracia es preferible a cualquier otra forma de problema	49%	54%	32%					
En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferido	19%	16%	13%					
A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático	21%	16%	42%					
No sabe	10%	11%	11%					
No responde	15%	15%	15%					
(N)	1.204	1.250	1.204					

**Fonte:** Latinobarómetro, 2017.

É preciso muito cuidado para não se chegar a conclusões precipitadas, entretanto, diante de tais dados. A motivação por detrás de cada dado varia substancialmente de país para país. No caso da Argentina, por exemplo, as piores taxas de apoio à democracia não por acaso coincidem justamente com o grave contexto de convulsão social provocado pela crise econômica de 2001, quando 58% da população afirmava acreditar na democracia em comparação com os 70% de 2016. Neste momento, 21% disseram apoiar um regime autoritário no país contra apenas 13% de hoje.

No Brasil as motivações são historicamente outras. Aqui, o medo, o pior dos professores como diria o moçambicano Mia Couto (Cardoso, 2017), dá a tônica à degradação da crença em nossas instituições, enfraquecendo a própria razão de ser da cidadania, que acaba por adquirir uma aura de luxo de poucos.

Neste contexto, o medo do qual tratamos logo a seguir, maximiza o que Ana Paula Barcellos afirma ser uma grave falha na formação da sociedade brasileira que não liga ontologicamente dignidade a todo ser humano, relativizando perigosamente o conceito para criar um tecido social no qual alguns são mais dignos que outros, no qual dignidade se ganha, se perde e se compra<sup>31</sup>. A porta está aberta para um agir autoritário que sabemos ser perigoso, para o descarte do cidadão e para à invasão do homem como indivíduo.

Barcellos (2010), conclui, e estamos de pleno acordo, que:

Em um ambiente de medo generalizado por conta de níveis alarmantes de violência urbana, a benevolência simplesmente não encontra oportunidade adequada para florescer. Pior que isso, o medo faz vir à tona a fragilidade das convicções morais e filosóficas da formação social brasileira acerca da igualdade dos indivíduos e de sua dignidade. (Barcellos, 2010)

---

<sup>31</sup> Para uma análise mais profunda sobre o tema, ver Cardoso, Plauto C. L. *Estado de Cosas Inconstitucional y Violación a los Derechos Fundamentales en el Contexto del Sistema Carcelario Brasileño*, em: *Revista Argentina de Justicia Constitucional*. Asociación Argentina de Justicia Constitucional. Vol. III. Buenos Aries, Editores Argentinos, 2017. Cfr. Ana Paula Barcellos, , *Violência Urbana, Condições das Prisões e Dignidade Humana*, em Ferreira, Marieta de Moraes (coord.). *Revista de Direito Administrativo RDA*, vol. 254. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 54 e seguintes.

### **3. A CIDADANIA COMO FLAGELO**

Hanna Arendt afirmava que o homem ocidental via a cidadania como flagelo até nos melhores ambientes políticos (Arendt, 2008). Em alguns cenários, o Estado colabora para que suplício tome contornos épicos. Quando este autor foi viver no lugar mais exótico que ele como um rapaz sul-americano de 18 anos podia conceber nos início dos anos 90, um Kibutz no norte de Israel e a poucos quilômetros da fronteira com o Líbano deixou para trás uma mãe angustiada, que cria que se despedia de seu filho que estava indo rumo ao fogo cruzado. Na realidade, estava deixando pra trás os 3% da população mundial que hoje é responsável por mais de 10% dos homicídios do planeta. Os assassinatos no Brasil natal deste autor superaram o número de mortes no Afeganistão, no Iraque e na Síria juntos em 2016. Com apenas 8% da população mundial, a América Latina é responsável por 38% dos homicídios globais (Cfr. Insituto de Pesquisa Economica Avancada, S.f). Em Israel, estava seguro.

O sintoma da doença é visto no desconcertante resultado de uma recente pesquisa do Instituto Datafolha, conduzida entre os dias 21 e 23 de junho de 2017, em que 47% dos entrevistados diziam ter vergonha de ser brasileiros (Ladeira, 2017). A corrupção dos agentes públicos e do cidadão comum gera uma profunda descrença no conjunto social e na legitimação e sustentação moral das instituições. Entretanto, é a violência urbana que é o gatilho disparador que abre a caixa de pandora, retira do armário a intolerância e pavimenta o caminho para o pleito dos mais diversos candidatos os salvadores da pátria e suas promessas de lei e ordem a qualquer custo. A manchete do jornal A Folha de São Paulo no dia seguinte ao da supramencionada pesquisa, 24 de julho, em mídias móveis, é tão atordoante em sua sequência de notícias que vale a pena colocá-la: “Forças Armadas têm a maior confiança da população; Presidência e Congresso, a menor”.

O barril de pólvora está formado. Os dois poderes políticos, o Legislativo e o Executivo têm a menor taxa de confiança da população. As Forças Armadas a maior. O brasileiro envergonhado de sua cidadania. Se isto não for uma “prova eloquente da falência de toda a estrutura da moralidade” como afirmava Hannah Arendt em *Sobre a Natureza do Totalitarismo: uma tentativa de compreensão*, o que mais estamos esperando para poder conseguir ver? E isto não é nenhuma “poesia da catástrofe”.

Nas palavras de Hannah Arendt (2008):

Mas todas as indicações históricas e políticas apontam com clareza a ligação mais do que íntima entre o mal menor e o mal maior. Se o desenraizamento, a falta de um sentimento de pertença e a desintegração dos corpos políticos e das classes sociais não geram diretamente o totalitarismo, no mínimo criam quase todos os elementos que acabam entrando em sua composição. (grifo nosso).

Agregue-se a isto, o seguinte ingrediente:

**Gráfico 2.** Taxas de analfabetismo, analfabetismo funcional e população de 15 anos de idade ou mais Brasil – 2011.

Brasil e regiões	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais	Taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais
Brasil	8,6	20,4
Norte	10,2	25,3
Nordeste	16,9	30,8
Sudeste	4,8	14,9
Sul	4,9	15,7
Centro- Oeste	6,3	18,2

**Fonte:** IBGE/PNAD, 2010.

Renato Sérgio de Lima e Arthur Trindade Maranhão Costa nos alertam que, em um cenário de quase 60.000 assassinatos por ano:

Cometida por indivíduos criminosos, perpetrada pela própria sociedade ou levada a cabo pelo Estado, a violência é vista e aceita como parte constituinte de nossas relações sociais e, muitas vezes, termina legitimada como resposta às ameaças e incertezas.

Os elevados índices de criminalidade e as baixas taxas de solução dos delitos suscitam sensação de desalento em relação à segurança pública.

A deterioração da política e a petulância dos corruptos provocam merecidas ondas de indignação, mas é a violência urbana que de fato deixa os brasileiros sitiados. (Lima, 2017)

Em janeiro deste ano, em um motim em uma prisão no estado do Amazonas, morreram degolados e mutilados em torno de 70 detentos. Pouco mais de 30 dias antes, um avião com um time de futebol cai e 71 pessoas perecem. Neste último caso, enquanto nação, explodimos em pranto, velamos os semidesconhecidos mortos e demonstramos solidariedade a toda uma cidade e suas famílias. Isto, claro, é o que se espera. No primeiro caso, com 70 presidiários degolados e mutilados de forma bárbara, com vídeos explícitos da matança circulando em redes sociais, reagimos com o mais constrangedor silêncio. Ou pior, com o despudorado discurso de que “preso bom, é preso morto”. Nas palavras de Ana Paula Barcellos,

Não deixa de ser impressionante, do ponto de vista filosófico, que, mais uma vez na história humana, um debate considere que os indivíduos não são titulares de uma dignidade inerente, cogite da flexibilização de direitos para determinada categoria de criminosos e trabalhe com a manipulação do conceito de pessoa. O risco que essa espécie de construção teórica representa para a proteção dos direitos humanos no mundo é bastante óbvio e dispensa maiores considerações. (Barcellos, 2010)

A insegurança acaba por autorizar medidas excepcionais e o apoio a ações orientadas às clássicas noções de limpeza social e imposição de força<sup>32</sup>. O espaço público é esvaziado e os laços sociais fragilizados.

É nesta conjuntura que se observa a multiplicação dos comportamentos autoritários ensaiados durante a ditadura militar (Lima, 2017):

- a) “Para 69% dos brasileiros adultos, “o que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé”.
- b) “O cenário fica ainda mais tenebroso se somarmos aqueles que concordam em parte com a frase acima. Nesse caso, o percentual sobe para 85% sujeitos a influências autoritárias, para os quais leis e projetos políticos pouco importam.” (grifo nosso)

---

<sup>32</sup> Pesquisa Datafolha publicada no começo deste mês mediu a adesão a ações que podem ser associadas à ideia de limpeza social e imposição da força: 55% dos paulistanos se declararam favoráveis à demolição de imóveis usados pelo tráfico na região da cracolândia e 80% defenderam a internação de dependentes de crack mesmo contra a vontade deles.

- c) “60% dos adultos brasileiros dizem concordar com a frase “a maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos pervertidos”.
- d) “81% declaram que “a obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças”. São dois indicativos claros de aderência ao discurso de ordem.”. (grifo nosso)
- e) “Destaque-se também que, para 64% dos entrevistados, “todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar”. Entre os integrantes das classes D e E, são 71%.”

Nesta conjuntura de falência múltipla dos órgãos do Estado, cidadania é uma conjunto de cobranças e obrigações, impostos desviados, mal investidos e sem contrapartida útil ou prazerosa, um fardo a ser escapado, evitado e em última instância burlado. Um verdadeiro flagelo.

Como bem nos alerta Hannah Arendt, “o maior perigo de identificar o totalitarismo como a maldição do século seria ficarmos tão obcecados com ele a ponto de não enxergar mais os inúmeros pequenos e nem tão pequenos males que pavimentam o caminho do inferno” (Arendt, 2008).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para os de inclinação Kantiana e dados a crer que o destino da humanidade é o progresso, a evolução linear (Kant, 2010), talvez seja assustador notar que a história se repete e que é preciso estar sempre atento. Não é incomum depararmos com a tradicional exclamação “mas como pode isto acontecer em pleno século XXI?” Na realidade, o “susto” é fruto de uma incapacidade reflexiva.

Não à toa tragédias gregas seguem relevantes. Somos os mesmos, nossa condição humana não mudou e caminhamos com os mesmos vícios e virtudes dos personagens do passado. Não há progresso. Há possibilidade de convívio humano mais pacífico com massivo investimento em educação. Sem isso, somos bárbaros animalizados e infantilizados, piorados atualmente por uma “cultura” de distrações que nos mantém de costas para realidade.<sup>33</sup>

Insistimos que não se trata de um país com tendências autoritárias; se trata de um país sem escolas. A paralisia de governantes e governados, alimento da inação e descasos que por sua vez criam o contexto perfeito para a formação de um estado de sítio no qual impera o medo - como princípio de ação e não somente como emoção psicológica (Arendt, 2000)-, “nasce da profunda carência de ferramentas para a geração de uma cultura política que nos permita esboçar uma reação, e nas palavras de Antônio Prata, reinventar o Brasil” (Patra, 2017).

Sérgio de Lima e Arthur Trindade Maranhão Costa dão o veredicto:

É no plano político, contudo, que o medo instila seu veneno mais nocivo, abrindo espaço para retóricas punitivistas,

<sup>33</sup> Para mais sobre o assunto, referirmos o leitor ao fundamental Llosa, Mário Vargas, *La civilización del espectáculo*, 1ª ed, Buenos Aries, Alfaguara, 2013.

sexistas, racistas e xenófobas e constituindo-se no principal combustível dos discursos de ódio, que tomaram conta de grande parte da internet e das redes sociais. (Lima, 2017)

Estudo recente veiculado na revista “PNAS” (publicação oficial da academia de ciências dos EUA), de autoria dos pesquisadores Hemant Kakkar e Niro Sivanathan, reitera que, em tempos de crise, quando as pessoas se sentem amedrontadas, há uma preferência por líderes dominantes e/ou assertivos, independentemente do comportamento agressivo por eles demonstrados-o importante é que façam o que precisa ser feito sem maiores freios morais, políticos ou jurídicos.

A recente condenação do ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva a nove anos e seis meses de reclusão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro recrudesceu os embates políticos que insistem em confundir política de Estado com política partidária.

Num ilustrativo discurso logo após saber de sua condenação pelo juízo que tentou burlar com sua desastrada nomeação a Ministro de Estado de sua sucessora política (Congresso redipal virtual x, 2017), o ex-presidente e líder nas pesquisas de opinião pública como o mais forte candidato a salvador da pátria, deixa claro seu peculiar conceito de cidadania como poder de consumo, no qual inclusão é sinônimo de acesso a mercados.

Fico pensando: se nós fizemos tanto bem, por que essa gente não nos quer? Por que essa gente nos odeia? [...] Essa é a diferença entre nós e eles. Pra nós, é motivo de orgulho se a empregada doméstica tem um celular. (Balloussier, 2017)  
Claro, celular.

O ódio como político requer o labor de proeminentes figuras públicas. Somos atualmente um campo fértil para este tipo de semente. Insisto: estamos somente colocando em prática os ensaios do passado. O pior é o que virá se deixarmos brotar a lavoura.

Abrir mão do homem como cidadão e nossas suadas vitórias e conquistas civis na tentativa suicida de salvar o homem indivíduo pode parecer ser uma alternativa viável diante da absoluta incapacidade de visualização de qualquer outra no horizonte de curto ou médio prazo. Não deixa de ser suicídio, entretanto.

Há neste momento histórico no Brasil um processo bastante arriscado no qual parece que se espera que o Judiciário supra a falta de legitimidade institucional que atravessam o Legislativo e o Executivo. Não cremos que o judiciário ou que o Supremo Tribunal Federal tenha maior competência, ou seja, a instituição mais adequada para acomodar o debate e a representatividade do interesse popular (Cardoso, 2017). Não foi pensado ou criado para isso.

A supervalorização do papel do poder judiciário como responsável por soluções permanentes é fruto de uma obsessão normativa de uma cultura positivista superficial e pouco civilizada, fundada no que Gargarella denomina de *La Obsesión Penal* (Gargarella R. , 2016)- “na qual se recorre com atordoante frequência à criminalização banal de condutas, seguidas de imposição de penas e sanções discrepantes na tentativa, como afirma Roberto Gargarella, paradoxal e irracional de se tentar incluir através da exclusão” (Gargarella R. , 2016).

“No icônico filme do final dos anos 1990 *The Devil’s Advocate*, no qual o diabo se dá conta de que pode causar mais dano se descer a terra como advogada do que como o diabo mesmo, alguma luz amarela deveria ter acendido” (Asimow, 2000). O direito, como *munus* público, deve ser exercido com a responsabilidade do peso do poder que traz.

*Sapere aude*: sabemos da pior forma possível o que é uma ditadura ou um golpe militar. E sabemos que não vivenciamos um recentemente. Não há “democracia relativa” ou ditadura branda. Não há meia gravidez. Não há meio golpe. Não há meia moral. Não houve meio holocausto. Não há meia guerra. Ou meia tortura. Ou meio Pau de Arara.

Que leigos afirmem meias verdades impensadas, entende-se. Que homens do direito o façam, é demolidor. Se seguirmos chamando de golpe a processos questionáveis, se chamamos de ditadura a governos autoriários, como na história do menino Pedro e o Lobo, se nos volta o animal, provavelmente não iremos reconhecê-lo. E aí a cidadania realmente será um impensável flagelo. Ou o que dela sobrar. Se algo.

A romântica figura francesa do *flâneur* simbolizava a vida nas ruas, o local do encontro. A chegada do automóvel, símbolo inicialmente de máxima liberdade justamente nas ruas, a desconstrói como espaço de convergência. O que unia, agora separava<sup>34</sup>.

O medo, princípio inspirador da ação de uma tirania, está fundamentalmente ligado àquela ansiedade que sentimos em situação de completo isolamento. Unir-se em uma passeata, em grupo, para rogar pela volta de um regime que impede justamente essa ação coletiva é de uma profunda incoerência. Talvez por isso o faziam em carros, isolados.

---

<sup>34</sup> Remetemos o leitor à impressionante solidão do trabalho *Passagens* e seu texto explicativo do fotógrafo brasileiro Gustavo Lacerda: “Entre 2001 e 2008 fotografei bastante o espaço urbano, sobretudo o espaço do vazio no cotidiano das cidades. A modernidade e as narrativas de Baudelaire sobre as “passagens” parisienses do século XIX são temas que sempre me interessaram. *Passagens* é uma espécie de releitura daquela experiência estética tão citada por Walter Benjamin, porém, aqui, o automóvel e a cultura estabelecida em torno dele a partir da segunda metade do século XX, tomam o lugar romântico do *flâneur*. O ser humano, que descobriu maravilhado os encantos da rua e se embrenhou numa infinita capacidade de socialização, transita agora por carros. O que era para aproximar, distância”.